

A. I. N° - 299904.0010/03-9
AUTUADO - PIRELLI PNEUS
AUTUANTE - TÂNIA MARIA SANTOS DOS REIS
ORIGEM - SAT/DAT/NORTE/COFEP
INTERNET - 02.09.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0315-02/04

EMENTA: ICMS. IMPORTAÇÃO. BENS DESTINADOS AO ATIVO IMOBILIZADO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. O diferimento alcança a importação de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade e seus sobressalentes; sobressalentes estes que acompanham no momento da importação. Não são peças a serem importadas posteriormente, e sim, as que acompanham máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, importadas para instalação ou ampliação da planta industrial. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 10/12/2003, exige o pagamento do ICMS de R\$ 2.049,17, e multa de 60%, em decorrência da falta de recolhimento do ICMS devido pelas importações tributadas realizadas pelo estabelecimento.

O autuado, através de advogado, ingressa com defesa, fls. 10/20, e aduz as seguintes razões de fato e de direito:

1. Conforme a legislação que prevê o diferimento do ICMS no Estado da Bahia, entende que a cobrança em questão não é devida.
2. Menciona o Decreto 6.374, de 09 de setembro de 1997 e alterações posteriores, especificamente o artigo 2º, III, a, e o artigo 5º.
3. Observa que há uma lacuna na legislação, no que tange à distinção no tratamento do diferimento do ICMS nas operações internas em relação à importação, pois além de não beneficiar determinadas operações não delimita seu alcance.
4. Deste modo, a justa interpretação seria a extensão do tratamento dado às operações internas às importações, mesmo porque o diferimento é meramente a postergação do pagamento, não representando qualquer benefício econômico.
5. Relata que o benefício concedido à impugnante decorre da ampliação da fábrica em Feira de Santana, sendo firmado com o Estado da Bahia, um Protocolo de Intenções, assinado em 28.12.99, no qual o Estado da Bahia efetivamente concedeu diferimento do ICMS nas importações, garantindo um tratamento especial.
6. Ressalta que desde a assinatura do referido protocolo, vem sendo, periodicamente, habilitada pelo Estado a fazer jus ao diferimento do ICMS, sendo que, recentemente, através do Termo de Reti-Ratificação, datado de 23.09.2003, os benefícios concedidos foram reiterados.

7. Cita decisões do CONSEF, favoráveis ao diferimento nas importações de bens do ativo permanente, inclusive com a transcrição de Acórdão, na íntegra, por entendê-lo semelhante ao presente caso.
8. Anexa documentos tais como: Ofício nº 38-A/2000-GE , de 05 de abril de 2000, fls. 22/23, Protocolo de Intenções, de 28 de dezembro de 1999, fls. 24/30; Termo de Reti-Ratificação, de 25 de setembro de 2003, fls. 31/34, para demonstrar que é beneficiária do diferimento do ICMS e pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante presta a informação fiscal de fl. 38, na qual esclarece que o material importado é peça de reposição para vulcanizador, ativo imobilizado em uso, pertencente à empresa, anteriormente à ampliação da planta industrial, que objetivou produzir pneumáticos radiais. Destaca que o vulcanizador é de utilização exclusiva na produção de pneumáticos comuns.

Conforme documentos anexados ao PAF pelo próprio autuado, o Protocolo de Intenções, ratificado no Ofício nº 38-A/2000 – GE diz respeito ao empreendimento a ser instalado pela Pirelli S/A para a produção de pneumáticos radiais, e todos os benefícios fiscais concedidos dizem respeito a este empreendimento.

Mantém a autuação na íntegra.

Face ao alegado na peça defensiva, esta Relatora, com a anuência dos demais componentes da 3ª JJF, deliberou que o presente PAF fosse remetido à DITRI, Diretoria de Tributação, fl. 42, com vistas à emissão de Parecer à respeito das questões levantadas na defesa, face as concessões e garantias outorgadas pelo Estado da Bahia, em contrapartida aos investimentos da empresa autuada. Ressaltou a necessidade de esclarecimentos quanto ao alcance dos benefícios que o autuado faz jus.

O parecer GECOT, fls. 44/46, contém os seguintes esclarecimentos quanto ao acima solicitado:

“O Governo da Bahia buscando atrair empresas para se instalarem no nosso território e estimular a ampliação e modernização do parque industrial baiano, criou diversos programas de atração através de Leis e Decretos, nos quais foram concedidos benefícios fiscais e financeiros.

Com base nos benefícios constantes nos dispositivos normativos, foram assinados Protocolos de Intenções nos quais ficaram estabelecidos os benefícios que o Governo do Estado da Bahia poderia conceder às empresas e a contra partida oferecida por estas à Bahia.

Um desses programas de atração foi instituído através da Lei nº 7.025/97, regulamentada pelo Decreto nº 6.734/97. Este programa concede os benefícios do crédito presumido e do diferimento a empresas que se instalam na Bahia ou ampliem a sua planta de produção aqui existente, desde que exerça as atividades listadas nos seus dispositivos.

O benefício do diferimento se encontra disciplinado no art. 2º ao art. 6º do Decreto supra citado.

O art. 5º estatui:

Art. 5º. Ficam diferidos, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado do estabelecimento importador, o lançamento e o pagamento do ICMS devido pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, destinados a contribuintes:

A norma concede o benefício do diferimento do ICMS nas importações de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade para que as indústrias possam se instalar ou ampliar a planta de produção. Portanto, o benefício só se aplica a dois momentos: na implantação ou na ampliação. Fora dessas hipóteses, não há o diferimento na importação dos bens que relaciona.

O diferimento alcança a importação de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade e seus sobressalentes; sobressalentes estes que acompanham no momento da importação. Não são peças a serem importadas posteriormente, e sim, as que acompanham máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, importadas para instalação ou ampliação da planta industrial.

Portanto, o benefício do diferimento na importação previsto no art. 5º do decreto nº 6.734/97 não alcança peças de reposição adquiridas em outros países, destinadas ao ativo imobilizado da Autuada.”

O autuado, ao ser cientificado do Parecer GECOT acima, vêm aos autos (fls. 51 a 61), e entendendo que houve decisão de 1ª instância, desfavorável ao seu pleito, pede a reforma do *decisum*, reiterando os argumentos já expendidos na defesa inicial, ressaltando que desde a assinatura do Protocolo de Intenções vem sendo periodicamente habilitada pelo Estado da Bahia para fazer jus ao diferimento do ICMS, sendo que recentemente, através do Termo de Reti-Ratificação, datado de 23.09.03, os benefícios concedidos foram reiterados.

Entende que a infração caracteriza-se pela falta de prévia autorização, o que não é o caso do autuado, que a possui. Pede a improcedência do Auto de Infração.

A Secretaria do Consef, verificando a irregularidade da falta de juntada da Procuração da advogada, intimou a empresa a sanear a irregularidade, o que foi feito, conforme o documento de fl. 67.

VOTO

Inicialmente verifico que o Auto de Infração em lide, foi lavrado dentro das formalidades legais, a teor do que dispõe o art. 39 do RPAF/99, estando apto a surtir seus efeitos jurídicos e legais.

No mérito, trata-se de Auto de Infração no qual está sendo exigido o ICMS em razão da importação de peça de reposição para vulcanizador, ativo imobilizado em uso, pertencente à empresa, anteriormente à ampliação da planta industrial, que objetivou produzir pneumáticos radiais. Conforme informação do autuante, o vulcanizador é de utilização exclusiva na produção de pneumáticos comuns.

Face a especificidade da matéria, e em razão dos argumentos suscitados na defesa, de que a empresa autuada fazia jus aos benefícios concedidos, através do Protocolo de Intenções, assinado em 28.12.99, no qual o Estado da Bahia efetivamente concedeu diferimento do ICMS nas importações, garantindo um tratamento especial, que incluía a importação do produto em questão, foi diligenciado à DITRI, Diretoria de Tributação da SEFAZ, para dirimir as dúvidas atinentes à presente lide.

Em resposta ao solicitado, foi emitido o parecer GECOT, de fls. 44/46, com os seguintes esclarecimentos:

“O Governo da Bahia buscando atrair empresas para se instalarem no nosso território e estimular a ampliação e modernização do parque industrial baiano, criou diversos programas de atração através de Leis e Decretos, nos quais foram concedidos benefícios fiscais e financeiros.

Com base nos benefícios constantes nos dispositivos normativos, foram assinados Protocolos de Intenções nos quais ficaram estabelecidos os benefícios que o Governo do Estado da Bahia poderia conceder às empresas e a contra partida oferecida por estas à Bahia.

Um desses programas de atração foi instituído através da Lei nº 7.025/97, regulamentada pelo Decreto nº 6.734/97. Este programa concede os benefícios do crédito presumido e do diferimento a empresas que se instalam na Bahia ou ampliem a sua planta de produção aqui existente, desde que exerça as atividades listadas nos seus dispositivos.

O benefício do diferimento se encontra disciplinado no art. 2º ao art. 6º do Decreto supra citado. O art. 5º estatui:

Art. 5º. Ficam diferidos, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado do estabelecimento importador, o lançamento e o pagamento do ICMS devido pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, destinados a contribuintes:

A norma concede o benefício do diferimento do ICMS nas importações de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade para que as indústrias possam se instalar ou ampliar a planta de produção. Portanto, o benefício só se aplica a dois momentos: na implantação ou na ampliação. Fora dessas hipóteses, não há o diferimento na importação dos bens que relaciona.

O diferimento alcança a importação de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade e seus sobressalentes; sobressalentes estes que acompanham no momento da importação. Não são peças a serem importadas posteriormente, e sim, as que acompanham máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, importadas para instalação ou ampliação da planta industrial.

Portanto, o benefício do diferimento na importação previsto no art. 5º do decreto nº 6.734/97 não alcança peças de reposição adquiridas em outros países, destinadas ao ativo imobilizado da Autuada.”

Deste modo, acompanho o Parecer acima transcrito, no sentido de que as peças de reposição do ativo imobilizado não estão amparadas pelo Benefício da Lei nº 7.025/97, regulamentada pelo Decreto nº 6.734/97, haja vista que os benefícios do crédito presumido e do diferimento foram concedidos a empresas que se instalam na Bahia ou ampliam a sua planta de produção aqui existente, não sendo o caso presente.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **299904.0010/03-9**, lavrado contra **PIRELLI PNEUS S/A**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 2.049,17**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de agosto de 2004.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR